



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A POBREZA E A DESIGUALDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ana Manoela da Silva Lima
aninha_manoela@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
Brasil

Cláudia Maria Costa Gomes
claudiac_gomes@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
Brasil



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

O artigo aqui apresentado tem o intuito de divulgar os resultados da pesquisa de Iniciação Científica que teve como objetivo central a análise sobre *as estratégias neodesenvolvimentistas no combate à pobreza no Brasil*, particularmente no período designado como a era Lula, em que o país apresenta melhoria crescente nos índices sociais e econômicos. A referida pesquisa possuiu vinculação ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ/UFPA). Faz interface com o projeto de pesquisa (CNPq/MCT/UNIVERSAL), intitulado “*O Neodesenvolvimentismo brasileiro e o programa de reformas de combate à pobreza na era Lula*”. O ponto de partida da nossa pesquisa repõe questões atinentes aos aspectos componentes do Estado brasileiro, para uma melhor compreensão sobre o modelo de desenvolvimento adotado na agenda governamental nos últimos treze anos sob a gerência do PT e que se denominou de neodesenvolvimentista. Nosso marco teórico-metodológico se fundamenta na teoria social marxiana. Adotamos a abordagem qualitativa, utilizando análises dos tipos bibliográficas e documental e com suporte em dados secundários e na realidade. Dos resultados da pesquisa, consideramos o neodesenvolvimentismo como uma proposta baseada no crescimento econômico como principal condicionante ao progresso social. As análises permitiram concluir que as medidas voltadas para o âmbito social tiveram como principal pauta a redução da pobreza e da desigualdade. Este enfrentamento foi realizado com grande protagonismo dos programas de transferência de renda, nos quais demos ênfase ao Programa Bolsa Família criado no ano de 2003 e a elaboração do Plano Brasil Sem Miséria em 2011. Desta forma, observa-se, que apesar desta proposta auferida pelo neodesenvolvimentismo o que se reserva para o social é: a continuidade da disparidade existente entre as classes sociais; a redução da pobreza atrelada à inserção das famílias na via do consumo e um aumento de concentração de renda para as classes mais ricas. No quadro geral o que a análise de dados aponta, é que a pobreza e a desigualdade enquanto expressões da “questão social” estão longe de serem eliminadas. Neste sentido, evidencia-se na pesquisa que apesar dos benefícios dos programas de transferência de renda e dos avanços em termos de inserção das famílias brasileiras de baixa renda na esfera do consumo, nos últimos anos não houve mudanças importantes no âmbito da superação da extrema pobreza no país. No quadro geral, o que os dados revelam é que a “questão social” e o problema da desigualdade estrutural estão longe de ser superados e acabam se reproduzindo por meio desses benefícios.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

The paper presented here aims to disseminate the results of the Scientific Initiation research that had as its central objective the analysis of neodevelopmental strategies in the fight against poverty in Brazil, particularly in the period designated as the Lula era, in which the country presents increasing improvement social and economic indicators. This research was linked to the Institutional Program of Scientific Initiation Scholarships (PIBIC / CNPQ / UFPB). It interfaces with the research project (CNPq / MCT / UNIVERSAL), entitled "The Brazilian Neodesenvolvimentismo and the program of reforms to combat poverty in the Lula era". The starting point of our research rests on issues related to the component aspects of the Brazilian State, for a better understanding about the development model adopted in the governmental agenda in the last thirteen years under the management of the PT and that was denominated neodevelopmentalist. Our theoretical-methodological framework is based on Marxian social theory. We adopted the qualitative approach, using analyzes of bibliographic and documentary types and with support in secondary data and in reality. From the results of the research, we consider neodevelopment as a proposal based on economic growth as the main condition for social progress. The analyzes allowed to conclude that the measures directed to the social field had as main guideline the reduction of the poverty and the inequality. This confrontation was carried out with great prominence in the income transfer programs, in which we emphasized the Bolsa Família Program created in 2003 and the preparation of the Brazil Without Poverty Plan in 2011. Thus, it is observed that despite this proposal by neodesenvolvimentismo what is reserved for the social is: the continuity of the disparity between the social classes; the reduction of poverty linked to the insertion of the families in the path of consumption and an increase of concentration of income for the richer classes. In general terms, what data analysis points out is that poverty and inequality as expressions of the "social question" are far from being eliminated. In this sense, it is evident in the research that despite the benefits of income transfer programs and the advances in terms of insertion of low-income Brazilian families in the sphere of consumption, in recent years there have been no major changes in the scope of overcoming extreme poverty in the country. In general terms, what the data show is that the "social question" and the problem of structural inequality are far from being overcome and end up reproducing through these benefits.

Palabras clave

Neodesenvolvimentismo; "Questão Social"; Transferência de Renda.

Keywords

Neodevelopment; "Social issues"; Transfer of Income.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introducción

O presente artigo veicula os resultados finais da pesquisa realizadas no Projeto: “Um Balanço Crítico das Teses Centrais do Novo-Desenvolvimentismo no Brasil”, que possuiu vínculo com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A pesquisa teve o marco de duração de um ano, com início no segundo semestre do ano de 2015 e conclusão no final do primeiro semestre de 2016, com plano de trabalho intitulado: “Bolsa Família, Brasil sem Miséria e Combate a Pobreza no Brasil sob os Governos do PT”.

A referida pesquisa consistiu na busca de elementos para análise de nosso objeto de estudo. Os objetivos gerais estão voltados ao conhecimento das determinações que envolvem as políticas de combate à pobreza no Brasil, com ênfase nos programas de transferência de renda mínima supracitados. A partir disso, procuramos fornecer subsídios significativos para o debate no campo temático: políticas sociais/combate a pobreza através de estudos comparativos entre os o programa Bolsa Família e Brasil sem Miséria, a fim de analisar a determinação destes Programas na atual Política de Assistência Social, bem como identificar seus impactos na redução dos índices de pobreza e desigualdade no país.

Para os resultados finais a pesquisa demonstra claramente que quando se trata de políticas sociais que estejam sob o crivo neodesenvolvimentista, o que prevalece é o carácter regressivo voltado ao combate a extrema pobreza. A Assistência social como parte desse embate, foi e é utilizada através de programas que tenham a perspectiva de cuidado com os segmentos pauperizados e diminuição da desigualdade. Programas esses que não estão aptos a produzir mudanças de longo prazo e nem no âmbito das bases que gestão essas expressões da “questão social” que se pretende combater.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

II. Metodología

Quanto ao aporte metodológico utilizado no decorrer da pesquisa, podemos destacar alguns parâmetros de suma importância para a aproximação de nosso objeto de estudo. Baseado no referencial teórico-metodológico marxista do materialismo histórico-dialético, podemos identificar que para uma maior compreensão do real de forma crítica é necessário que estes sejam apurados para além do plano aparente e da abstração, sendo necessário, por aproximações sucessivas, identificar o objeto atrelado a suas múltiplas determinações e relações em sua totalidade. Em Marx:

[...] a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-os conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais (NETTO, 2011, p. 04).

Desta forma, em concordância com Corbin e Strauss (2008) é necessário que o pesquisador tenha a cautela de não apressar a finalização de sua pesquisa com incertezas, pois estas “[...] são temperadas com a percepção de que os fenômenos são complexos e de que seus significados não são facilmente entendidos ou assumidos como certo” (p.19). Concordando ainda com Tonet (2013) o conhecimento verdadeiro sobre o objeto é condicionante primordial para o fim a qual se pretende chegar e desta forma é que deve ser estabelecido o conhecimento científico com a reprodução da realidade em si mesma, mais fielmente possível. A partir dessa premissa, podemos situar nosso objeto com suas múltiplas determinações, guardando relações com os desdobramentos políticos, econômicos e sociais no seu marco histórico, delimitada na pesquisa pela conjuntura brasileira nos governos Lula-Dilma.

Nesse sentido, a referida pesquisa tem como caráter teórico predominante o levantamento qualitativo dos dados, sendo utilizadas as pesquisas documentais e bibliográficas.



II. O Neodesenvolvimentismo Brasileiro

Nossa análise sobre a pobreza no Brasil delimita-se no marco histórico do início dos anos 2000. Período em que o país passava por diferentes transformações que resultaram nas mudanças de governo e propostas não concretizadas da implantação de um modo modelo de desenvolvimento antes nunca reproduzido em âmbito nacional, o qual muitos autores denominaram de período neo-desenvolvimentista.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na última década do século XX trazia consigo o ideário neoliberal, implementando seu receituário de privatizações de entidades públicas, da desregulamentação do mercado e flexibilização do mundo do trabalho. Justificada na busca do controle inflacionário e maior crescimento econômico, que estavam comprometidos desde a crise dos anos de 1970 materializou-se como uma espécie de “reforma” no aparelho do Estado. No entanto, assim como afirma alguns autores a exemplo de Behring, o que se tem constituído é uma contrarreforma estatal, com desmonte dos avanços propiciados pela Constituição Federal de 1988.

Assim, o neoliberalismo trazia propostas de reformas para o mercado e uma redefinição no papel do Estado através de um enxugamento nos gastos sociais que resultou na ampliação do desemprego, pobreza e precarização dos serviços públicos, acirrando, portanto, as expressões da questão social. Seguindo nesse curso, o mandato de FHC no ano de 1995 – permanecendo até o ano de 2002 - traz consigo uma política direcionada para as orientações do Consenso de Washington¹ e outros organismos internacionais a exemplo do Banco Mundial².

¹ Medidas do Consenso de Washington giram em torno da: liberalização comercial e financeira; reforma fiscal e tributária; desregulamentação do mundo do trabalho; contenção de gastos do Estado principalmente para o âmbito social; privatização de empresas estatais, dentre outras.

² O Banco Mundial atende como uma das agências multilaterais que convergem com os interesses neoliberalistas de sua agenda no combate à pobreza. Segundo Siqueira (2013) o relatório do Banco Mundial produzido no ano de 1990, o combate à pobreza se estreita a três principais atividades: “transferência de renda, atividade laborativa e promoção de atividades vinculadas à assistência social.” (Siqueira, 2003, p. 118-119).



Para tanto, o que se caracteriza é uma desresponsabilização do Estado com as questões que se referiam aos cidadãos e consequentemente aos embates da desigualdade e da pobreza.

As contrarreformas operacionalizadas pelo governo de FHC não obtiveram êxito, chegando assim, no adentrar do século XXI, a crise do modelo neoliberal por não cumprir suas propostas de saída efetiva da crise e melhorias econômicas e sociais.

Alguns debates sobre o enfrentamento a pobreza e desigualdade foram entrando em maior evidência a partir desse contexto, no qual os governos não só do Brasil como da América Latina, adotaram em suas agendas governamentais propostas que respondessem ao âmbito social que não estivessem longe dos interesses da classe majoritária.

Os Programas de Transferência de renda também encontram aqui seu adentrar no Brasil. Atuando de forma não contributiva, focalizada e seletiva, passa a combater as mazelas do processo de globalização e de investida do capital. Mas, é apenas no governo subsequente de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) que esses passam a ganhar centralidade.

A eleição de Lula no ano de 2003 trouxe consigo a proposta novos rumos para os âmbitos da política, da economia, e da sociedade brasileira. Pela primeira vez se tinha ao poder um partido dito progressista, que tinha suas bandeiras voltadas aos causas dos trabalhadores, como o próprio nome do partido se intitula, Partido dos Trabalhadores (PT).

Adotou em sua agenda o ideário que alguns autores denominam de “modelo neodesenvolvimentistas”, que segundo Castelo (2010, p, 194), aparece “[...] como uma espécie de terceira via na batalha pela hegemonia ideopolítica para formar uma estratégia de crescimento que se contraponha aos modelos já existentes na região”.

Assim, o Neodesenvolvimentismo é o modelo adotado pelo presidente Lula, perpassando seus dois governos. Este se firma em princípios econômicos desenvolvidos por Keynes (1883-1946), que requer uma intervenção estatal na economia e visa o progresso econômico enquanto um dos principais condicionante para o progresso social. Tem seus princípios baseado no nacionalismo, industrialização com substituição de importações e Estado intervencionista.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Sobre o assunto, afirma Gomes (2015, p.03)

O novo desenvolvimentismo tem sua principal base no reformismo keynesiano, onde se altera de maneira pontual a intervenção estatal nas expressões da Questão Social, através das políticas sociais, que neste sentido se expressam, principalmente, pelos Programas de Transferência de Renda. Estes mecanismos oferecem a melhora de índices e a estabilização da economia, através do aumento do consumo, no entanto, não alteram a condição de exploração do trabalhador, tampouco interferem na ordem burguesa vigente.

Desta forma, a ideologia desenvolvimentista retorna na agenda dos governos Latino-americanos com o desgaste dos ajustes neoliberais, impulsionados pela desindustrialização, desnacionalização das economias, inflexão dos direitos sociais, aumento do desemprego e da pobreza e as lutas populares na região.

Nas palavras de Castelo, “Os novo-desenvolvimentistas defendem a tese de que a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte, [...] atuando como uma instância reguladora de atividades econômicas.” (2010, p, 196).

Para alguns autores, o nacional desenvolvimentismo se recoloca sobre novas bases e aparece na forma neodesenvolvimentista no governo Lula. Neste sentido, Almeida (2012) afirma que: “[...] é para a política estatal e para a ideologia encarnadas no governo Lula que reservamos a expressão ‘neonacional-desenvolvimentismo’”. (p: 695)

Neste mesmo sentido, Gonçalves (2013) possui a concepção de que a política de desenvolvimento que foi implementada no governo Lula se caracteriza como um “nacional-desenvolvimentismo às avessas”. Nas palavras do autor,

Durante o governo Lula, os eixos estruturantes do ND [Nacional Desenvolvimentismo] foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações, reprimarização das exportações, maior dependência tecnológica, maior desnacionalização, perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração



de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação.” (Ibid, idem, p, 109).

Desta forma, a vulnerabilidade do país no âmbito internacional torna-se maior com a implementação do modelo supramencionado, o que ocasiona um comprometimento na estrutura do país para um possível e posterior desenvolvimento.

Ainda no tocante as concepções divergentes sobre o neodesenvolvimentismo, há autores que consideram o neodesenvolvimentismo como o neoliberalismo sob uma nova roupagem, mas as bases e a frente políticas permanecem as mesmas. Dentre estes autores, Armando Boito Jr ressalta no seu texto *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*, que: “[...] O neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal” (2012, p, 6).

Neste sentido, Gomes afirma que,

[...] o reformismo social está presente no novo-desenvolvimentismo, já que o mesmo defende reformas pontuais e não estruturais, transparecendo concordância com a atual divisão de classes e concentração de riqueza, proporcionando continuidade ao quadro neoliberal: concessão das demandas dos setores dominantes e negligência à classe trabalhadora (2013, p, 4).

Neste contexto, o Estado propicia as condições para a acumulação do capital ao passo em que permite a exploração do trabalhador, apresentando-se como uma complementariedade do mercado. Desta forma, com o neodesenvolvimentismo implantado no governo Lula, não houve uma eliminação da fratura social entre as classes e a mesma foi aprofundada, com o apoio das duas classes contrárias.



III. 1. A reprodução da Pobreza e da desigualdade no Brasil contemporâneo

Considerando que os índices de pobreza e desigualdade, bem como a forma que se caracterizam nos diferentes países, temos como premissa comum que na medida em que aumenta a concentração nas mãos de poucos, se aprofunda a pobreza e a desigualdade. Dessa forma, apesar das distinções, as políticas que são elaboradas para combater a pobreza e a desigualdade não conseguem alterar os seus determinantes.

Siqueira (2013) afirma que para uma intervenção estatal ou institucional eficaz voltada para esse enfrentamento seria necessário algumas medidas que impactassem a acumulação de riqueza e de capital, pois quando isso não ocorre o que se tem são medidas paliativas para a amenização desta condição que só funcionarão temporariamente e acabarão por reproduzir a própria pobreza. Assim os programas auferidos, não se constituem como medidas efetivas de erradicação da pobreza, pois não estão aptos a provocar transformações no processo de reprodução da riqueza produzida e expropriada.

A nível mundial, os índices de desigualdade continuam a se acirrar cada vez mais, e a riqueza concentrada nas mãos de uma minoria rica. Podemos demonstrar isso através do Relatório de Janeiro de 2016 “*A Economia para o um por cento*” expedido pelo OXFAM, os registros para o ano de 2015 demonstram que cerca de 62 indivíduos possuem a mesma riqueza que 3,6 bilhões de pessoas. E ainda, que a riqueza dessas 62 pessoas mais ricas do mundo sofreu um aumento de 44% nos cinco anos que se sucederam após 2010, sendo que a riqueza da metade dos mais pobres caiu cerca de 44%, assim como mostra o gráfico 1 abaixo.



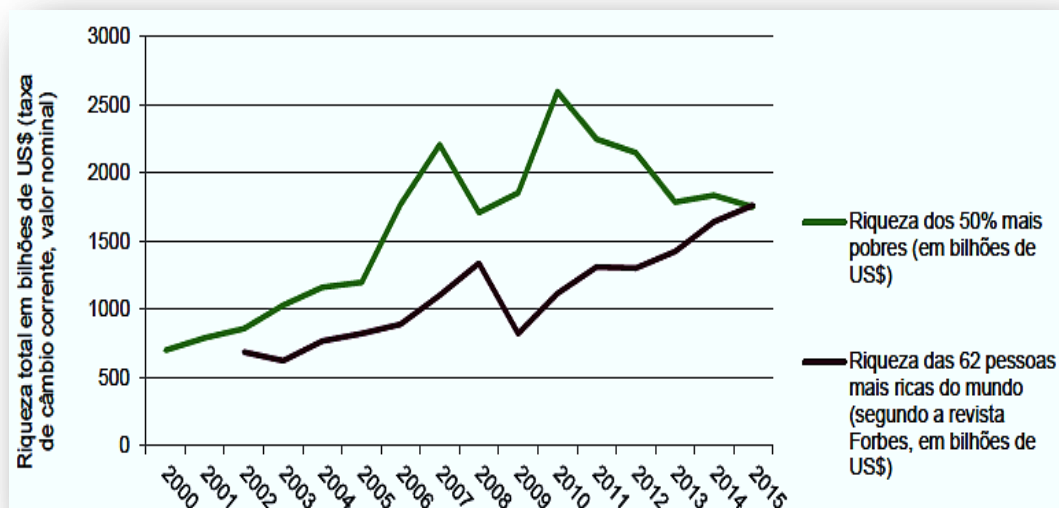
XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

GRÁFICO 1- A riqueza dos 62 indivíduos mais ricos do mundo continua a crescer enquanto a da metade mais pobre da população mundial permanece estagnada



Fonte: Oxfam, 2016.

Em caráter nacional, a proposta do neodesenvolvimentismo de crescimento econômico aliado ao progresso social não se efetivou,

Durante o governo Lula, os eixos estruturantes do Nacional desenvolvimentismo foram invertidos. O que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional; crescente vulnerabilidade externa em função do aumento passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (Gonçalves, 2013, p.109)

Inferimos na nossa pesquisa que as ideologias que acreditam ser o crescimento econômico o fator responsável pela redução da pobreza e da desigualdade, são equivocadas, pois, este não pode ser considerado como aspecto unívoco. De acordo com Netto, o fator econômico pode ser conside-



rado apenas uma parte contributiva para essa redução da pobreza em seu estado absoluto, quando se tem instaurado:

[...] o ciclo de crescimento for longo e expressivo, se for acompanhado de uma política expressivamente redistributiva e se puder manter a inflação baixa- atendidas a essas condições o crescimento pode, efetivamente, ter um efeito positivo na redução da pobreza. Na ausência desses requisitos, o crescimento não só afeta os níveis de pobreza, como até mesmo “pode acarretar desigualdades crescentes” (Netto apud Salama e Destremau, 2007, p.144).

A partir do relatório “*Indicadores de Desenvolvimento Brasileiro 2001-2012*” o que se constata é que houve uma redução na extrema pobreza em relação à renda, pois 14,0% da população em 2001 possuía uma renda per capita até US\$ 1,25/dia, já em 2012, apenas 3,5% da população estava nessa situação, em relação ao ano de 2001. Mas, em termos de desigualdades o Brasil ainda se encontra com altas taxas. De acordo com a pesquisa realizada por Medeiros (2013, p. 974),

O 1% mais rico da população adulta concentra mais de um quarto de toda a renda do país. Os 5% mais ricos detêm quase metade da renda. A concentração é tamanha que um milésimo das pessoas acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população junta. Salvo uma pequena queda ao longo dos seis anos analisados, esses níveis de concentração mantêm-se praticamente os mesmos entre 2006 e 2012.

Dessa forma o crescimento econômico ocorrido no Brasil não acompanhou a redução significativa da pobreza e da desigualdade. Dados mais atualizados do IPEA referentes ao ano 2014 demonstram que os números de pessoas em situação de pobreza estão em torno de 25.888.565 e o número daquelas inferiores a linha de pobreza é de 8.191.008, o qual atesta,

[...] que o real alcance das políticas de transferência de renda para reverter a brutal desigualdade na América Latina, impostos pelas economias do capitalismo mundial, se apresentam ineficientes para a recomposição das classes subalternas e inserção dos trabalhadores, na atual fase do conflito capital/trabalho (GOMES, 2014, p. 6).



III.2. O Programa Bolsa Família e o Plano Brasil sem Miséria

Como um dos principais mecanismos de combate a pobreza, a transferência direta de renda, que não obstante aos interesses capitalistas, visam: “[...] repasse direto de recursos dos fundos de Assistência Social aos beneficiários, como forma de acesso à renda, [...] criando possibilidades para a emancipação, o exercício da autonomia das famílias e indivíduos atendidos e o desenvolvimento local” (NOB/SUAS, 2005, p. 22-23).

No Brasil, os programas de transferência vêm assumindo centralidade desde o governo de FHC, mas foi no governo de seu sucessor, Lula, que os programas assumiram o carro chefe. Durante os governos Lula e Dilma tiveram como defronte os programas assistenciais, que assumem características e são materializados por meio dos programas de transferência de renda, que de acordo com Tavares e Sitcovsky (2010) são ações de um governo para novas formas de assalariamento, portanto não são direitos estabelecidos legalmente.

Dentre estes programas, fizemos um recorte na pesquisa a partir do Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria. Identificamos que o Programa Bolsa Família (PBF), criado no ano de 2003, no primeiro mandato do ex-presidente Lula, passou a ser considerado o maior programa de transferência de renda tanto no Brasil, como parte integrante da política de Assistência Social, apesar de não ser o país pioneiro na implementação desse modelo de programa, na América latina são várias as experiências em diversos países.

O PBF é regulamentado pelo decreto nº 5.209 da Presidência da República, no Art. 4º, de 17 de setembro de 2004, apresentou-se como uma proposta de unificação dos programas de transferências de renda já existentes (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Vale gás e Cartão Alimentação), que visassem o combate à pobreza, ao trabalho infantil e facilitar o acesso à educação. Com mudanças nas formas de gestão e em seu conteúdo, permitiu a construção de um novo patamar para os programas de transferência de renda no país. Nesse sentido, Sitcovsky afirma que “[...] a criação do Programa Bolsa Família realizou uma inovação no campo dos benefícios monetários e permitiu a consolidação do pilar da garantia de renda como parte efetiva da política pública de assistência social no país” (2013, p.129).



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Cabe aqui ressaltar que é através do Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) que se estabelece o acesso ao Programa Bolsa Família. Regulamentado pelo decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, esse cadastro é um instrumento que identifica as famílias de baixa renda.

Assim, está estruturado em três eixos principais, sendo estes: a) o eixo de complemento de renda,; b) o de acesso a direitos, uma vez que o programa institui algumas condicionalidades a serem cumpridas,; c) por último o eixo de articulação com outras ações, que visa a intersectorialidade do PBF a diversas políticas sociais. De acordo com os dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) os usuários do PBF são aquelas famílias consideradas pobres (que possuem renda mensal entre R\$ 82,00 e R\$ 164,00) e as extremamente pobres (abaixo de R\$ 82,00).

No primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff, segue a pauta de embate a pobreza absoluta com a erradicação completa da fome e da miséria, assim como consta na “Meta do Milênio” instituída pela ONU no ano de 2000 com prazo final para o ano de 2015. Tendo como principais pontos:

[...] foco no público extremamente pobre; grande escala, de modo a atingir um contingente significativo de população; perspectiva nacional (ainda que com destaques regionais), de maneira a alcançar os extremamente pobres em todo o País; e estrutura que permita execução ágil, de modo a garantir a tempestividade requerida, dado o prazo de duração do plano (até 2014). (PLANO BRASIL SEM MISÉRIA, 2011).

Um importante marco para o embate nesse governo foi o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM), no ano de 2011 que atuando juntamente com o PBF, se divide em três eixos: Garantia de Renda; Inclusão Produtiva que envolve a área Rural e a Urbana; e Acesso a serviços públicos.

O BSM coordenado pelo MDS reconhece em seu Plano que a superação da extrema pobreza encontra-se para além da renda, sendo necessário um Estado com ações intersectoriais que permitam superar a insegurança alimentar e nutricional, baixa frequência escolar, a falta de cursos para qualificação profissional, assim como gerar novas formas de acesso ao mundo do trabalho, e questões



referentes à melhoria no acesso à água, à energia elétrica, à saúde e à moradia e outros fatores que incidam diretamente na vida dessas famílias.

De acordo com o Relatório da FAO, nos últimos anos registrou-se um grande avanço no combate à pobreza e a desigualdade. “A pobreza reduziu de 24,68%, em 2002, para 8,5%, em 2012, e a extrema pobreza caiu de 9,79% para 3,56% em igual período [...]. O Brasil cumpriu e ultrapassou os Objetivos do Milênio referente à meta da redução da pobreza – tanto a meta global de reduzir a extrema pobreza à metade do que existia em 1990 quanto a meta brasileira mais rigorosa de reduzi-la a 1/4.”

No entanto, os dados atualizados do ano de 2016, do Relatório de Programas e Ações do MDS13 mostram que no mês de janeiro, 13.969.391 famílias receberam benefícios com valor médio de R\$ 161,26. Porém, este mesmo documento apresenta que ainda existem no país cerca de 12.316.479 pessoas que ao registrarem-se no Cadastro Único ainda não superaram a condição de extrema pobreza, levando em consideração o fator renda.

Apesar do reconhecimento das multideterminações imbricadas na pobreza e na sua ligação com a desigualdade apresentada pelas propostas no BSM, o que se sobressai, sobretudo no investimento do governo, é o programa Bolsa Família. Em Levantamento feito pela Agência O GLOBO, com base em relatório no Ministério do Planejamento, mostra que, no ano 2015, o Bolsa Família concentrou 86,1% dos R\$ 30,7 bilhões do Programa Brasil Sem Miséria. Ainda segundo esse levantamento:

Nos programas que deveriam dar acesso a serviços públicos e desenvolver a inclusão produtiva, a execução orçamentária é pífia. Um exemplo é o Ministério do Trabalho, responsável por projetos de economia solidária. Dos R\$ 124 milhões previstos para a pasta no ano passado, apenas 18,7% (R\$ 23,2 milhões) foram efetivamente usados. Somente os recursos para o Bolsa Família e de educação infantil foram totalmente usados e até superados.[...] Considerando os recursos liquidados (que comprovam que o serviço foi prestado), o programa de transferência teve execução de 104% (R\$ 26,5 bilhões). Já para a educação infantil, foram desembolsados R\$ 808 milhões (120%) (O GLOBO, 2015).

Assim, podemos inferir que os programas de transferência de renda, uma vez que apresentam soluções imediatas, constituem-se como medidas paliativas oferecidas pelo governo para que a classe trabalhadora consiga ter acesso à via de consumo, responsáveis por criar consenso



e coesão social para uma maior aceitação e legitimidade e ainda garantindo a reprodução ampliada do capital, uma vez que transferem valor dos trabalhadores para os próprios trabalhadores, não alterando as bases de produção e reprodução da riqueza socialmente produzida.

V. Conclusiones

Assim, o que se pode observar é um aumento na concentração de renda entre uma minoria rica e a maioria pobre participa minimamente da economia nacional, o que propicia a preservação e aprofundamento das disparidades entre as classes antagônicas, em conformidade com o Modo de Produção Capitalista vigente no país. Nesse sentido, para garantir sua legitimação, o governo procura o apoio das duas classes, atendendo parte das necessidades reivindicadas, permite a despolitização das massas populares, preservando a ordem e garantindo a segurança para o desenvolvimento do capital e para os investimentos internacionais.

Consideramos ainda que as análises demonstram como o fator renda aparece enquanto fundamental no tocante a análise construção dos indicadores da pobreza e da desigualdade e de como o enfrentamento a estas se manifesta massivamente a partir do acesso dos indivíduos ao fluxo monetário.

Por fim, temos que apesar das propostas auferidas pelo neodesenvolvimentismo o que se reserva para o social é a continuidade do antagonismo entre as classes sociais, com a redução da pobreza atrelada à inserção das famílias na via do consumo através dos Programas de Transferências de renda, que funcionam enquanto medidas paliativas e sem perspectivas de mudanças estruturais.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

VI. Bibliografía

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

_____. *Tesouro Nacional*. Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>> Acesso em: 05/02/2016.

_____. *Política Nacional de Assistência Social*. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em 17/01/2017.

_____. *Lei Orgânica da Assistência Social*, 1993.

CENTRO INTERNACIONAL CELSO FURTADO DE POLÍTICAS PARA O DESENVOLVIMENTO et al., Por um Brasil justo e democrático. *IN: O Brasil Que Queremos*-Subsídios Para Um Projeto De Desenvolvimento Nacional. Volume II, Setembro, 2015.

BOITO, Jr. Armando. A hegemonia Neoliberal no governo Lula. *IN: Revista Crítica Marxista*, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. *IN: Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

_____. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. *IN: Revista Em Pauta*- n.31, v.11. Rio de Janeiro, 2013. 119-138 p.

CRUZ, Maria da Conceição da Silva. A precarização das relações de trabalho e o limite do crescimento econômico com equidade social na perspectiva Neodesenvolvimentista no Brasil. *Dissertação de Mestrado* da Universidade Federal da Paraíba, 2013.

GOMES, Maria de Fátima Leite. *O Programa de Transferência de Renda Bolsa Família: a face do consenso*.- 1. Ed-. Curitiba: Editora Prismas, 2016.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

GOMES, Cláudia M. Costa. *Os Programas de Transferência de renda na agenda do novo-desenvolvimentismo Latino-Americano*. Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2011.

_____. *Em Busca do Consenso: Radicalidade democrática e afirmação de Direitos*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

GONÇALVES, R. Modelo liberal periférico e problemas estruturais. IN: *Desenvolvimentismo às avessas: má fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 2013.

MARX, KARL. *Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural. V.1, 1984.

_____. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital* [tradução de Rubens Enderle]. – São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx e Engels)

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. “Pobreza, Seguridade e Assistência Social: desafios da política social brasileira.” IN: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2013.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro H. G.F; CASTRO, Flávio A. C. O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisas Domiciliares (2006-2012). IN: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015a, 7 a 36p.

MOTA, A.E. “Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico- político ao Serviço Social brasileiro”. IN: Mota (org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. -4. Ed.- São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. IN: *Revista Em Pauta* – Nº 19, Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

_____. Estado e questão social no capitalismo dos monopólios. IN: *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. - 8. ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

OXFAM. *Uma economia para o 1%: como privilégios e poderes exercidos sobre a economia geram situações de desigualdade extrema e como esse quadro pode ser revertido*. Documento informativo da Oxfam 210. 18 de janeiro de 2016.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

SIQUEIRA, Luana. *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

SITCOVSKY, M; TAVARES, M.A. O caráter provisório dos mecanismos de reprodução da força de trabalho. *IN: Mota (org.). Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2013.

STRAUSS, Alsem; CORBIN, Juliet. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada- 2ed-* Porto Alegre: Artmed, 2008.

SIQUEIRA, Luana. *Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*.- São Paulo: Instituto Lukács, 2013.